

Justificativa

Está o Ginásio Estadual "Professora Zuleika de Barros Martins Ferreira" localizado no populoso bairro de Vila Pompéia, com aproximadamente setecentos alunos matriculados nas várias séries, sendo que na 4.ª, cerca de cem.

Nos bairros vizinhos funcionam também ginásios estaduais, com elevada matrícula.

Sendo Vila Pompéia o centro natural de bairros circunvizinhos e considerado o grande número de matrículas do seu ginásio, justifica-se a criação do 2.º ciclo, transformando-se o atual ginásio em colégio, objetivo do projeto, atendendo-se assim ao interesse de grande população escolar.

A SRA. PRESIDENTE — Vamos passar ao Pequeno Expediente.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Sólton Borges dos Reis. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Osvaldo Santos Ferreira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lepera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Henrique Feres.

O SR. HENRIQUE FERES — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, população que ultrapassa a casa dos duzentos mil habitantes vive e abita nos rincões de Mogi das Cruzes e do grande centro agrícola e industrial que é Suzano.

Pois bem, senhores deputados, serve Mogi das Cruzes e Suzano a Estrada de Ferro Central do Brasil, da qual se utilizam os habitantes desses dois municípios, que necessitam diariamente locomover-se para a Capital. É ainda o meio mais fácil e acessível à bolsa do proletariado, com horários rigorosos mesmo. Desgraçadamente para os habitantes desses dois municípios, lá existe um monopólio horrendo e explorador, que é a "Empresa de Ônibus Mogi das Cruzes Ltda."

Péssimos serviços executa essa empresa entre Mogi das Cruzes e São Paulo: passagens caríssimas; veículos, em péssimo estado de conservação, perigosíssimos à integridade física de seus usuários; desastres e mais desastres que se verificam diariamente. Seus horários são uma verdadeira calamidade, nem para a saída são respeitados, e à chegada, então, ficam nas mãos e misericórdia de Deus. Pessoal inabilitado, nada cortês no trato com os passageiros. Finalmente, a tudo quanto se possa imaginar de inverossível estão sujeitos os que se utilizam daquela empresa de transporte coletivo.

E a fiscalização do Departamento de Estradas de Rodagem, que nenhuma providência toma, onde está? Existe em Mogi das Cruzes um fiscal do D. E. R., que atende por Cursino, que mais parece funcionário da cidade empresa do que do D. E. R., pago às expensas da população que carrega suas economias, através dos impostos pagos ao Estado.

Esse cidadão nenhuma providência toma, está divorciado dos interesses da repartição, da qual faz parte, prejudicando profundamente a população que se utiliza daquele meio de transporte. Sem perda de tempo, Sr. Secretário da Viação e Obras Públicas, urge providências no sentido do afastamento daquele servidor, exercendo o D. E. R. severa fiscalização dos meios de transporte que servem às populações mogiana e suzanense.

(Assume a Presidência o Sr. Alfredo Farhat.)

Sómente assim, com funcionários responsáveis exercendo severa vigilância naqueles serviços, poderão melhorar os meios de locomoção das populações de que sou representante nesta Casa.

Está apelo que faço desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. deputados, a exemplo do que faço todos os anos no início de cada sessão legislativa, vou passar às mãos de V. Exa., a fim de que seja publicado no "Diário Oficial" o balanço e relatório das atividades da Associação Paulista de Assistência aos Doentes de Lepra, da qual tenho a honra de ser presidente. Essa publicação, que considero dever de toda organização, de toda instituição que receba dinheiro público, é também uma homenagem carinhosa que presto a esta Casa e aos ilustres deputados que contribuem com parte de suas verbas para o bom desempenho do programa assistencial dessa instituição que é pioneira no Brasil, em assistência ao egresso dos sanatórios de lepra e que mereceu, em virtude dos balanços e relatórios que levou ao Congresso Internacional realizado em Tóquio, um elogio em plenário pelas suas atividades. Temos ampliado sucessivamente, de ano para ano, o nosso programa já que aquelas necessidades primeiras dos egressos, de 14 ou 15 anos passados, estão desaparecendo, graças a Deus e assim, de algum tempo a esta parte esta associação está cuidando também do problema de educação dos filhos de egressos e dos filhos de internados.

V. Exa., Sr. Presidente, que conhece este assunto desde os nossos primeiros dias nesta Casa, quando éramos ainda constituintes, pode compreender o orgulho cristão que sinto quando apresento a São Paulo, através da tribuna da casa do povo, um balanço que não é uma demonstração de esmola: é uma demonstração de solidariedade cristã, de solidariedade de criatura para criatura, em respeito aos direitos, hoje, graças a Deus, reconhecidos, dos cidadãos internados nos sanatórios de lepra do Estado de São Paulo.

Aproveito a oportunidade para dizer que já não são mais cinco sanatórios e, sim, quatro. Já temos o Sanatório "Padre Benito" com suas portas fechadas, o que vem demonstrar, inofensivamente, que o problema está mudando. Já não é mais a preocupação de internar os doentes e, sim, aquilo que a moderna ciência mundial recomenda, que é o tratamento dos doentes, em maior número possível, em ambulatórios.

Os meus agradecimentos aos ilustres deputados que cooperaram de maneira tão eficiente e carinhosa para a realização deste programa e, sobretudo, Sr. Presidente, os meus agradecimentos a Deus, porque tornou possível a realização de um ideal que acalentei durante tantos anos em meu coração.

(N. da T. — Os documentos a que se refere a oradora vão publicados no final da sessão.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alberto da Silva Azevedo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Juvenal Rodrigues de Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, recebi um abaixo-assinado de moradores do Bairro do Tremembé, através do qual solicitam ao Sr. Prefeito da Capital a desobstrução de uma lagoa de concreto que foi construída por particulares no Rio Tremembé, provocando enchentes nos dias de chuvas.

(Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves.)

O SR. CARLOS KHERLAKIAN — Este, Sr. Presidente, o apelo que dirijo ao Sr. Prefeito da Capital, apelo baseado em abaixo-assinado do qual constam até fotografias, no sentido de que a referida construção seja retirada, em benefício de centenas de moradores de Tremembé, especialmente das ruas Maria Amália, Lopes de Azevedo e Avenida Nova Cantareira.

Solicitando à digna Mesa o envio urgente do mencionado documento ao Sr. Prefeito da Capital, encerro esta minha oração.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Onofre Gosuen.

O SR. ONOFRE GOSUEN — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, as denúncias proferidas pelo vereador agora em exercício e médico Osvaldo Pereira Guimarães na Câmara Municipal de São Paulo, tiveram repercussão em toda esta infeliz Capital.

Denunciou o médico em apelo a existência de mais uma vergonhosa caixinha, tendo em vista a aprovação do projeto de nível universitário.

E o prefeito de São Paulo, desonesto e vingativo, não tirou o direito de demitir sumariamente o médico que não quis pactuar com a caixinha. Demitiu-o por abandono do cargo, de acordo com o Diário Oficial do Município do dia 17 do corrente.

Mais está aí o retrato do abominável alcaide paulistano, como demitir um funcionário nesse termos, se o boletim de frequência do Dr. Osvaldo Pereira Guimarães revela absoluta ausência de faltas? Não houve processo, de acordo com os Estatutos. Isto foi feito, para acobertar a verdade. O fato é que o Dr. Osvaldo Pereira Guimarães, médico honesto, competente profissional, idealista — e tão bem o conhecido, porque é de Franca — se rebelou contra os vinte mil cruzeiros que pediram aos funcionários de nível universitário e contra os vinte mil cruzeiros que seriam exigidos posteriormente. Fora avisado da existência de uma lista dos não contribuintes que seriam perseguidos caso não dessem a contribuição solicitada.

Vou a demissão após o prazo de 24 horas e o médico, ex-diretista de tantas lutas, viu-se na rua. Assim age o homem do Ibrapuma.

Mas Srs. deputados, comenta-se ainda hoje, a existência de nova caixinha, a dos micrografos, e aí, daqueles que não participaram da mesma.

Já estão ameaçando os funcionários indefesos, criminosos de família, que serão perseguidos, se não pactuarem. A ameaça vem da via Florence de Abreu n. 84, por dois diretores de departamento.

Assim andam as coisas em São Paulo.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Henrique Richeletti. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Archimedes Lammim-gia. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Tereza Delta. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rocha Mendes Filho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, a data de hoje assinala, no calendário das lutas políticas de São Paulo, a vitória de um movimento autenticamente popular, cuja bandeira, tendo por emblema a "vassoura", fascinou e tomou vulto porque apontava rumos inteiramente novos na luta contra a mistificação, a mentira e o personalismo deslavado no trato da coisa pública.

O povo paulistano, naquela altura do ano de 1953, deu as mãos e resolveu imprimir, de modo consequente, austeridade e moralização, não mais admitindo o sovado estilo da política administrativa a serviço de grupos e ambições pessoais. Foi, por assim dizer, uma empolgante tomada da fortaleza onde o povo, elevado a uma nova grandeza, determinaria governos decentes e fundamentalmente a serviço da coletividade.

A frente do movimento, cristalizando-o e dando-lhe autenticidade física, surgiu a figura desse homem que haveria de projetar-se no cenário político de nossa terra, galgando todas as posições eletivas, até tornar-se, hoje, Presidente da República — o Senhor Jânio Quadros.

O movimento de 22 de março, sendo a revolta das massas paulistas contra a corrupção, a safadeza e a politicagem desenfreada, deveria, como assim aconteceu, galvanizar as atenções nacionais para os seus postulados e tornar-se uma vitória do povo brasileiro. De sua arrancada primitiva até os dias de hoje, com Jânio Quadros na Presidência da República, muitos foram os homens que lhe deram seiva e impulso, graças à sua formação moral e cívica, profundamente elevada, destacando-se a figura do ilustre Governador do Estado, Prof. Carvalho Pinto, homem público que encarna, sobejamente, aqueles ideais renovadores que o povo almejava.

Neste momento em que se pretende completar a "vassourada" de 22 de março de 1953, elegendo-se o Prefeito de São Paulo, é necessário que se complete a lista dos nomes que tem honrado a grande "revolução" em marcha, lembrando-se de Emílio Carlos como uma das inspirações e sustentações daquelas aspirações moralizadoras. É justo, portanto, que ao ensejo do 8.º aniversário de 22 de março, cuja data recorda a primeira grande vitória do povo com a eleição de Jânio Quadros, seja ela agora, reverenciada, com a complementação dos seus objetivos, guiando-se Emílio Carlos à chefia do Executivo de São Paulo.

São os votos que fazemos e o desejo que alimentamos.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Cel. Geraldo Martins.

O SR. CEL. GERALDO MARTINS — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, cinquenta e seis cruzeiros o quilo de pão. Eis o novo presente da miséria que o povo brasileiro acaba de receber do Governo da República. Nem bem decorreram 60 dias da posse do atual Executivo Nacional, e já o povo sofre todas as consequências de uma administração cujos primeiros atos se revelam exatamente contra o povo: gasolina com aumento de 80%, pão mais caro e papel de imprensa acompanhando o mesmo ritmo. E teremos mais ainda se atentarmos para os reflexos que o novo preço de gasolina projetará sobre vários setores da produção e do comércio. Inevitavelmente sua repercussão será calamitosa para a economia popular.

Os fatos tornam evidentes, assim, o que está na essência do atual governo, confirmando o que diziam as forças nacionalistas durante o pleito eleitoral que antecedeu o 3 de outubro. O Sr. Jânio Quadros abriu, por assim dizer, o sinal verde para os eternos exploradores dos trabalhadores e do povo brasileiro: os capitais alienígenas e os tubarões, os exploradores e os especuladores brasileiros. Com o quadro aberto pelo Presidente da República, proclamando a necessidade de um regime de austeridade e a advertência de que o primeiro ano de seu governo seria ruído e aspero, realiza esta promessa contra o povo e faz com que a carestia de um tremendo salto. Na sua incontinida demagogia eleitoral, o candidato Jânio Quadros prometeu parar, num passe de mágica, a elevação da espial de preços. Agora, Presidente em exercício, S. Exa. realiza, como remédio mais imediato e oportuno, contra o povo, não há dúvida, a política de apertar o cinto. Como disse, muito oportunamente, determinado articulista da imprensa brasileira: "O iluminado profeta das vacas gordas se transforma em prosaico magarefe de vacas magríssimas."

O aspecto infeliz dessa situação econômico-financeira do Governo Central é que ela se volta precisamente contra os trabalhadores, os humildes, a parte da população de onde saiu a maior parcela do eleitorado que elegeu o Sr. Jânio Quadros. S. Exa. procura conter a inflação, mas... de que jeito? Tomando medidas que, de modo algum, favorecerão o povo e, apenas manipulando um novo medicamento para o doente morrer do mesmo mal.

Entretanto, torna-se necessário que o Presidente da República medite seriamente sobre a situação, porque há doentes que, antes de morrer, causam heroicas transformações na luta pela vida.

Vale a pena refletir nesta advertência.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Vicente Botta.

O SR. VICENTE BOTTA — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, em recente entrevista dada em São Paulo, perante elevado número de dirigentes sindicais, e publicada por toda a imprensa do nosso Estado, o Ministro do Trabalho, Castro Neves, declarou que é pensamento do Governo da República extinguir a COFAP. Disse ainda S. Exa., que, daí por diante, o problema dos preços e do abastecimento ficaria a critério das responsabilidades dos produtores e negociantes, assim como da vigilância dos próprios consumidores. Esta foi, em síntese, a dedução que fizemos das palavras do Ministro anunciando a próxima extinção do órgão acima citado. Ora, Srs. deputados, aceitar-se ou não e simplesmente tal propósito é acreditar que os "tubarões", atravessadores e especuladores de toda ordem, ávidos de enriquecimento, tenham consciência e responsabilidade... E o mesmo que deixar a porta da casa aberta e à disposição dos amigos do alheio... Consideramos, também, que embora seja respeitável e útil a vigilância dos trabalhadores, ela seria inócua e improficua, se um órgão do poder público não tivesse a finalidade expressa do controle que hoje está afeto à COFAP. Acreditamos que o problema não é o do fechamento de entidades ou organismos. É, antes de tudo, de uma tomada de posição mais consequente e decidida dos poderes constituídos, não apenas quanto à produção, mas, principalmente, no que se refere à distribuição. Se a COFAP não atende a esses objetivos, se ela falhou na sua principal função, que é a da defesa da economia popular, impedindo a especulação, então que se vejam, imediatamente, as causas dos seus fracassos e, com base nessas experiências, substitua o Governo esse órgão por outro mais autêntico, mais dinâmico e austero. Nesse sentido, há no Congresso Nacional, desde 1959, um projeto criando a Superintendência do Abastecimento, até hoje surpreendentemente engavetado, e que daria ao Governo os meios mais práticos e energéticos para enfrentar a carestia e a especulação. Ao invés de se fechar, sumariamente, a COFAP, poder-se-ia substituí-la por esse novo órgão, a nosso ver muito próprio para o momento atual, de nova vida administrativa da Nação. Três aspectos desse projeto credenciam-no eficaz: é arma contra o abuso do poder econômico, tem a participação dos trabalhadores na direção e prevê, substancialmente, as desapropriações dos grupos, empresas ou estabelecimentos, apanhados especulando ou cobrando preços extorsivos. Que o Governo da República indague, através de seus prepostos no Congresso, da existência desse projeto e lhe dê cobertura para rápida aprovação. Seria, na luta contra os esfomeadores do povo e contra a carestia, um grande passo desejado por todo o povo brasileiro.

Era o que tínhamos a dizer.

A SRA. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Eduardo Barnabé.

O SR. EDUARDO BARNABÉ — (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente, Srs. deputados, o "Diário do Povo", de Campinas, de ontem, publica um trabalho que constata a criação de bens suburbanos em Campinas, com aproveitamento do ex-ramal Fundense para ligação inter-bairros até Paulínia. E o articulista assim escreve:

(A) "Quem conhece o traçado do ex-ramal Fundense, hoje, Sorocaba e mandato extinguido pelo governo estadual, sem oposição da direção da Estrada e quem, por mais alheio que esteja aos problemas dos transportes urbanos e suburbanos de Campinas, reconhece a espantosa expansão da sua população operária, não encontra razão porque não seja aquela estrada de ferro aproveitada para proporcionar condução barata do tipo "trem suburbão", como já existe em todas as capitais e grandes cidades não só do Brasil, mas do mundo."

Considerando apenas o ex-ramal Fundense, num percurso de 25 Km., partindo da estação do Bonfim as trilhas poderiam servir os bairros: Botafogo, Guanabara, Vila Hapua, J. Brasil, N. S. Auxiliadora, Vila Nova, Alto Taquaral, Instituto Agrônomo e todos os outros bairros em perigo com Barão Geraldo e Paulínia, bastando apenas estas duas localidades como pontos de referência para justificar a existência dos trens de suburbão.

Mas, também, há o outro lado, com direção a Itaipu (Maninque), que partindo do Bonfim, atinge as vilas: Fortuna, Proest de Sousa, S. Bento, Teixeira da Dutra, Arceon, Jardim Miranda, Anhanguera, D. Neri, Parque Industrial,